

Câmara aprova PDOT e ajuda Estevão

DF - Urbanização
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
12 DEZ 1996

A Câmara Legislativa aprovou ontem o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), que define o zoneamento do Distrito Federal — a divisão em áreas urbanas, rurais, de preservação ambiental e áreas especiais que norteará a ocupação do solo nos próximos 12 anos.

É um plano de metas e diretrizes básicas que tomará forma mais detalhada em cada cidade, quando elas prepararem seus Planos Diretores Locais, os PDLs. A aprovação do PDOT viabiliza por exemplo, a regularização dos condomínios. Os lotes jamais chegariam a ter escritura porque estavam em área rural, onde não é permitido o parcelamento para fins urbanos. A aprovação do novo PDOT permite que se tornem áreas urbanas. E possibilita também o surgimento de novos bairros como o Catetinho e o Setor Noroeste.

O projeto quase não entra em pauta ontem na Câmara Legislativa porque seus relatores passaram a manhã discutindo uma emenda ao texto original que preservava os interesses do Grupo OK, de propriedade do deputado Luiz Estevão, líder do PMDB e da oposição.

A modificação acabou aprovada no final da tarde. Ela permite a transformação em área urbana de 3.800 hectares — 80 vezes o tamanho do Plano Piloto —, pertencentes à Fazenda Santa Prisca, na região de Santa Maria, ao sul da BR-251 (Brasília—Unai). O projeto original do PDOT

determinava que essa área deveria ser rural e impedia sua divisão em loteamentos urbanos.

O Grupo OK, dono da fazenda, espera ganhar R\$ 700 milhões com a transformação da Santa Prisca em uma cidade para 140 mil habitantes, lançada em junho do ano passado com um investimento de R\$ 5 milhões em projetos de infra-estrutura.

DANO AMBIENTAL

Estevão negociou pessoalmente a aprovação da modificação, que foi o único dos 94 artigos do PDOT votado em separado, ao final da tarde de ontem. O líder participou da reunião final dos relatores do projeto, às 10h50, no gabinete da presidência da Câmara, onde foi acertada a mudança do texto original. “Sem esse acordo, o PDOT não seria votado”, explicou-se depois a deputada petista Lúcia Carvalho, uma das relatoras.

Na hora da decisão, Estevão se absteve de votar. Mas todos os outros sete deputados do PMDB aprovaram a mudança. Estevão ainda colheu o inesperado apoio do governista Cláudio Monteiro (PPS), que conta com sua ajuda para presidir a Câmara.

A mudança foi aprovada também pelos quatro deputados do PSDB e ainda por Renato Rainha (PL), César Lacerda (PTB) e pelos dois deputados do PDT (José Ramalho e João de Deus) — 16 votos ao todo. Votaram contra os cinco deputados petistas e

Miquéias Paz (PC do B).

“Estarão comprometidas as áreas de proteção ambiental das bacias do Ribeirão do Gama e Cabeça de Veado”, acusa o secretário de Meio Ambiente do Distrito Federal, Chico Floresta. Para o presidente do IPDF, Luiz Phelipe Torrelly, “é uma completa imoralidade que um Plano dessa abrangência vire uma negociata imobiliária para beneficiar as empresas do deputado”. O líder do PMDB respondeu à acusação com duas frases. “Não sou deputado para defender interesses empresariais”, afirmou. “Quem disse isso é cretino”.

A proposta do novo Plano Diretor chegou à Câmara Legislativa no dia 28 de maio, com pressão para ser votado em julho, durante o recesso parlamentar. A votação já foi adiada quatro vezes. Ele substituirá o PDOT de 1992, um Frankstein alinhavado em dois meses, sem os devidos estudos sobre ecossistemas.

É possível dizer que o plano do governo Cristovam dirige a ocupação urbana para áreas já muito populosas, como Taguatinga e Ceilândia. No mapa do PDOT, as duas cidades tendem a se encontrar. Outro ponto de destaque é a concentração de atividades econômicas a ser estimulada nos lugares por onde passará a linha do Metrô e na região do Porto Seco, em Santa Maria.

Leia mais sobre PDOT em Cidades, página 5.